



### PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) Nº 46/2021-CPL/PMC.

TIPO: Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa para fornecimento de oxigênio

medicinal e afins para o Hospital Municipal de Curionópolis/PA.

**REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Saúde.

**RECURSO:** Erário municipal.

PARECER N° 164/2021 – CONGEM.

### 1. PREÂMBULO

Trata-se o presente parecer de análise de conformidade acerca de Processo Administrativo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC, do tipo Menor Preco por Item, requerido pela Secretaria Municipal Saúde, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e afins para o Hospital Municipal de Curionópolis/PA, instruído pela requisitante e pela Comissão Permanente de Licitação (CPL), conforme especificações técnicas constantes no edital e seus anexos.

O presente parecer tem como objetivo a análise técnica do feito até o momento da adjudicação, verificando se os procedimentos que precederam a realização do pregão foram dotados de legalidade, respeitando os princípios da administração pública.

Outrossim, visa avaliar a proposta vencedora e suas conformidades com os preceitos do edital, das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, e demais dispositivos jurídicos pertinentes, com ênfase nos parâmetros da regularidade fiscal e trabalhista e demonstrações contábeis, para comprovação de exequibilidade de uma futura contratação.

O processo foi autuado e numerado, contendo ao tempo desta apreciação 262 (duzentas e sessenta e duas) laudas, reunidas em 01 (um) único volume.

Isto posto, passemos à análise.







#### 2. DA FASE INTERNA

Prima facie, cumpre-nos conceituar algumas terminações a serem utilizadas neste parecer, a começar pela fase interna do processo licitatório, que é a sequência ordenada de atos administrativos praticados no âmbito exclusivo do Poder Público, visando embasamento ao certame.

Nesta etapa define-se o objeto e são construídos o edital, o termo de referência e todos os demais documentos necessários à instrução processual alinhada à legislação em vigor, para então apresentar o processo licitatório ao público em geral através de edital de publicação, fato este que marca a fase externa da licitação.

Preceitua o *caput* do Artigo 38 da Lei 8.666/1993 que os processos administrativos referentes a procedimentos de licitação deverão ser autuados, protocolados e numerados, bem como conter rubricas com a indicação do(s) objeto(s), orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da comissão ou servidores responsáveis, termo de compromisso, justificativa para aquisição, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à licitação.

No que tange à fase interna do Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021 - CPL/PMC constatamos que foram atendidas as exigências legais acima aduzidas, sendo possível atestar que o processo foi devidamente autuado e instruído com a documentação necessária, conforme será melhor explicitado ao curso da presente análise.

### 2.1. Da definição do Objeto

O primeiro passo na instrução do processo de licitação é a requisição do objeto, que passa a existir a partir da detecção de uma necessidade pela Administração Pública; ao decidir adquirir um bem ou contratar um serviço, a Administração necessita expor detalhadamente o que precisa, descrição esta que irá compor a definição do objeto.

Neste intuito, a unidade gestora produz um documento de formalização da demanda, definindo a real necessidade do objeto em suas características qualitativas e em seus quantitativos, a fim de que a contratação satisfaça plenamente as necessidades da administração, evitando a compra em número excessivo ou bens de natureza inferior ou inadequada às demandas do órgão e, consequentemente, o desperdício de recursos públicos.





Em caso da solicitação de inicial por departamento especializado, mister a aprovação e ratificação formal dos termos do pedido pelo titular da secretaria requisitante.

A definição do objeto é condição de legitimidade da licitação sem a qual não pode prosperar o procedimento licitatório, qualquer que seja a modalidade de licitação. É assim, porque sem ela torna-se inviável a formulação das ofertas e o seu julgamento, tornando irrealizável o contrato subsequente.

No presente certame, trata-se o objeto de registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e afins para o Hospital Municipal de Curionópolis/PA; a considerar as características do objeto, a competência para realizar o levantamento dos itens a serem licitados, a unidade de medida e os quantitativos para cada item é da Secretaria Municipal de Saúde.

Compulsando os autos, observa-se que a secretaria requisitante se desincumbiu do seu mister ao definir de forma precisa os itens do objeto (fl. 05), indicando a real necessidade da administração e todas as características indispensáveis, afastando-se assim de características irrelevantes e desnecessárias, que podem restringir a competição.

### 2.2. Da Justificativa para Contratação

Para que a licitação tenha andamento, a autoridade competente precisa avaliar a conveniência e oportunidade da contratação, consubstanciando tal demanda em documento próprio explanando a real necessidade de aquisição do objeto.

Da justificativa elaborada pela secretaria requisitante, extrai-se que o objetivo do certame ora em análise é a contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e afins para o Hospital Municipal de Curionópolis/PA.

A Secretária de Saúde, Sra. Elizeth Rodrigues Almeida Abreu, pontua, ipsis litteris, que "A referida aquisição visa a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gases medicinais para uso no Hospital Municipal. Este fornecimento é de suma importância para o atendimento dos pacientes, visto que a descontinuidade ou falha no fornecimento destes gases medicinais gera, imediatamente, o risco na vida do paciente assistido, gerando a responsabilização do município na falha do serviço.

Justifica-se, pela necessidade do tratamento aos pacientes em acompanhamento/ tratamento médico no Hospital municipal de Curionópolis, que visa equipar a sala de atendimento de urgência e emergência, situada nas dependências do hospital municipal, para





funcione adequadamente esta sala de estabilização de como ита internamento/isolamento.

Justificam-se, ainda, pela necessidade de urgência e emergência para atender as pessoas vítimas da pandemia do novo Coronavírus, da Covid-19, que por ventura venha surgir no Município de Curionópolis, Considerando que faz parte do tratamento de suporte à Covid-19 a oxigênio terapia, diminuindo o desconforto respiratório."

### 2.3. Da Competência dos Agentes

A Lei 1.183, de 08/01/2021 (fls. 33-36) determina, em seu artigo primeiro, que "A execução administrativa, orçamentária e financeira, no âmbito do Poder Executivo Municipal será exercida de forma descentralizada, sendo que órgãos da administração direta e indireta constituirão unidades orçamentárias, investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou derivados, bem como de executar o orçamento autorizado para si e, ainda, gerir e fiscalizar contratos, convênios e outros instrumentos correlatos de sua competência"

Prevê ainda em seu parágrafo único que "cada unidade orçamentaria será dotada de autonomia administrativa e financeira e executará o orçamento autorizado para si, sendo de responsabilidade de seu titular essa execução, em todos os atos".

In casu, integradas aos autos encontram-se cópias reprográficas da Portaria nº 06/2021, que nomeia os membros da Comissão Permanente de Curionópolis (fls. 39-40), e da Portaria nº 01/2021, que nomeia a Sra. Elizeth Rodrigues Almeida Abreu para o cargo de Secretária Municipal de Saúde (fl. 37).

Desse modo, conclui-se que a Secretaria de Saúde juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação está dotados de autonomia outorgada pela representante máxima do Poder Executivo para conduzir o processo administrativo licitatório em análise.

### 2.4. Da Autorização para Contratação

Diante disso, a representante da secretaria requisitante Sra. Elizeth Rodrigues Almeida Abreu - Secretária Municipal de Saúde, com fulcro no Art. 38, caput da Lei 8.666/1993, assentiu à formalização de procedimento licitatório para aquisição do objeto por meio de Termo de Autorização (fl. 32).





### 2.5. Da Pesquisa de Mercado

A pesquisa de mercado é sempre obrigatória, a fim de que o valor de referência a ser aplicado no certame esteja em consonância aos valores praticados no mercado para o objeto, utilizando-se diversas fontes de pesquisa, tais como: o Banco de Preços<sup>1</sup>; contratações similares com outros entes públicos; pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso; pesquisa com fornecedores; e, etc.

Esta Controladoria entende como aplicável para referencial de ocorrência das pesquisas o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, em consonância ao disposto na Instrução Normativa nº 03<sup>2</sup>, de 20/04/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, sendo este o maior parâmetro, cabível a objetos em que se mantenha a razoabilidade, devendo ser a menor caso se mostre mais seguro à futura contratação.

Nesta senda, com o objetivo de instruir o processo em consonância com a legislação aplicável, a secretaria requisitante, por meio de despacho (fls. 03-04), solicitou ao Coordenador de Compras do município cotação de preços para dimensionamento e precificação do objeto pretendido, encaminhando em anexo as especificações e quantitativos dos itens que compõe o objeto do certame.

Verifica-se que a estimativa do valor dos produtos objeto deste certame foi elaborada utilizando-se da técnica de precificação baseada na concorrência, a qual analisou os preços praticados no mercado, definindo, assim, o valor que se pretende pagar pelo produto.

Para melhor expressar a média de preços e aferição da vantajosidade, o Departamento Municipal de Compras providenciou uma pesquisa preliminar junto a 03 (três) empresas atuantes na área do objeto:

- GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI, CNPJ 24.878.503/0001-22 (fls. 07-09);
- FREDSON DA SILVA SANTOS EIRELI EPP, CNPJ 02.891.731/0001-08 (fls. 10-11);
- C ALLES RIBEIRO EIRELI, CNPJ 30.996.988/0001-51 (fls. 12-13).



Disponível no endereço eletrônico http://bancodeprecos.com.br

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27/06/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.





Com os valores orçados, os dados foram tabulados em Mapa de Cotação de Preços considerando-se o preço médio dos itens (fl. 14), em Resumo de Cotação de Preços pelo Menor Valor (fl. 15) e em Resumo de Cotação de Preços pelo Valor Médio (fl. 16), visando à parametrização do valor do objeto.

A partir da citada pesquisa mercadológica e conforme o Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 46/2021-CPL/PMC (fl. 153), chegou-se ao valor estimado de R\$ 625.629,20 (seiscentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte centavos), para pagamento do quantitativo dos itens do objeto, valor este condizente com os praticados no mercado.

A referida pesquisa cumpre, portanto, sua função no processo, uma vez que afere o valor real dos produtos com base em informações obtidas de fontes oficiais e seguras, garantindo que o parâmetro apresentada pela administração seja justo e compatível com a realidade de mercado, conferindo maior segurança na análise da exequibilidade das futuras propostas, impedindo a contratação acima dos valores praticados no mercado, servindo de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas e, por fim, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

### 2.6. Da Previsão de Recursos Orçamentários para Custeio da Demanda

Aplicam-se ao âmbito do pregão as exigências previstas no Art. 7°, § 2°, III, e Art. 14, ambos da Lei nº 8.666/1993, que subordinam a instauração da licitação à previsão de recursos orçamentários.

> Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: [...] § 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: [...] III - Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

> Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

A Lei 8.666/1993 dispõe ainda, neste sentido, que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a









autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: [...] (Sem grifo no original).

Neste sentido, o advento da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) a exigência de compatibilidade das contratações administrativas com as regras da gestão pública tornou-se muito mais severa.

Ao determinar indispensável à previsão ou indicação da disponibilidade orçamentária como condição para realização da licitação, teve o legislador o intento de evitar que obras, serviços e compras sejam licitados e/ou contratados pela Administração Pública sem suficiência de recursos para tanto, prejudicando o desenvolvimento das ações e projetos administrativos e, em última análise, o interesse público.

Para custear a presente contratação estima-se que o valor dos itens a serem adquiridos custará aos cofres públicos a quantia de R\$ 625.629,20 (seiscentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte centavos).

Conforme verificado alhures, o valor estimado foi definido através de média obtida em pesquisa mercadológica elaborada pelo Departamento de Compras do município, a qual, de forma efetiva, é a mais escorreita para o caso ora em análise (fls. 07-13).

De maneira sintética, dotação orçamentária é o valor monetário autorizado, consignado na Lei do Orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária no ano subsequente à sua programação.

A partir da estimativa do valor da futura e eventual contratação, verifica-se a juntada aos autos de Declaração de Adequação Orçamentária subscrita pela Secretária de saúde (fl. 30), na condição de ordenador de despesas do órgão, afirmando que tal objeto não constituirá dispêndio sem previsão no orçamento de 2021, estando em adequação financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Consta do bojo processual documento subscrito pelo Coordenador Geral de Contabilidade, Sr. Jonas Barros Sousa, ratificando a existência de crédito orçamentário para custeio das despesas advindas da aquisição do objeto pretendido e as dotações orçamentárias às quais estarão consignadas as mesmas (fl. 28), quais sejam:

PROJETO ATIVIDADE:

10.302.0030.2041 - Manutenção do Hospital Municipal.









CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

SUBELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.04 – Gás engarrafado.

Ainda neste sentido, consta nos autos documento demonstrativo do saldo das dotações orçamentárias destinadas à Secretaria Municipal de Saúde de Curionópolis para o exercício financeiro 2021 (fl. 29).

Desse modo, esta Controladoria conclui que o valor destinado para a presente contratação está devidamente adequado à dotação orçamentária disponível, nos termos do que estabelece a Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

### 2.7. Da definição da Modalidade e Tipo de Licitação

Para utilização do pregão faz-se necessário que na fase interna verifique-se ser o objeto bem ou serviço comum, ou seja, aqueles em que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas e mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto pretendido.

O pregão foi criado para ser utilizado nestas aquisições de bens e serviços comuns, visando desburocratizar os procedimentos realizados nas modalidades da Lei 8.666/1993 e, consequentemente, a celeridade na contratação.

A principal e básica diferença entre as licitações tradicionais - as modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite - é o valor e/ou complexidade da licitação, premissa que não se aplica ao Pregão, no qual não há limite para o valor estimado do objeto.

A Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, nos termos do art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988, que assim dispõe:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da











lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Diante do objeto comum e a adoção da modalidade pregão, definir-se-á o tipo de licitação sempre como "menor preço".

Neste sentido, a Lei 10.520, de 17/07/2002, assim dispõe, in verbis:

Art. 4°, X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

O pregão foi regulamentado na forma eletrônica pelo Decreto 10.024, de 20/09/2019, sendo a modalidade licitatória utilizada pela administração pública para contratar bens e serviços, independentemente do valor estimado, sendo realizado em ambientes virtuais, onde arremata o fornecedor que oferecer o menor preço pela mercadoria ou serviço.

### 2.8. Da Escolha de Uso do Sistema de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços é um meio formal para a administração pública registrar preços de determinado produto para futura e eventual aquisição, previsto no artigo 15, II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, in verbis:

> Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: [...] II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

O Decreto Federal nº 7.892, de 23/01/2013 regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei 8.666, de 21/06/1993 e assim dispõe em seu Art. 3<sup>o</sup> ÷

- Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
- I quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de
- III quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.









Consta aos autos a Justificativa para utilização do Sistema de Registro de Preços no Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021, uma vez que o objeto será adquirido de forma paulatina e proporcional às necessidades da secretaria requisitante do referido certame (fls. 25-26).

Trata-se o objeto ora em análise de registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e afins para o Hospital Municipal de Curionópolis/PA, sendo o prazo de execução do contrato até o dia 31 de dezembro de 2021.

Nesta senda, impende-nos pontuar que o órgão gerenciador é o ente responsável pela condução do conjunto de procedimentos a serem realizados no processo de registro de preços e consequentemente encarregado do gerenciamento da Ata de Registro de Preços (ARP) dele decorrente.

Já os órgãos participantes são repartições ou entidades da Administração Pública que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a ARP. Registre-se que, no caso em análise, não existem órgãos participantes.

In casu, não existem órgãos participantes, uma vez que o objeto pretendido é de interesse exclusivo da Secretaria de Saúde do Município.

A secretaria requisitante é, portanto, responsável pela elaboração do Termo de Referência, encaminhar dados escorreitos para pesquisa mercadológica e consulta ao setor de contabilidade para aferição de informações orçamentárias.

#### 2.9. Do Termo de Referência

O Projeto Básico é o documento previsto na Lei 8.666/1993 como indispensável para obras e serviços; já o Termo de Referência é um documento equivalente ao Projeto Básico, utilizado para licitações modalidade Pregão, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000 e na forma eletrônica pelo Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019.

O Termo de Referência é o instrumento de maior relevância produzido pela secretaria requisitante, devendo conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração por meio de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, definindo métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato, de modo a instruir e fundamentar o futuro edital a ser elaborado pela Comissão de Licitação.

Sobre a fase preparatória do Pregão, assim dispõe o Art. 3º da Lei nº 10.520/2002, com destaque aos incisos I e II:





I – a autoridade competente justificará a necessidade de contratação definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II – a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; [...]

O Termo de Referência apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde (fls. 17-26) contém os parâmetros necessários à contratação pretendida, quais sejam: descrição do objeto, justificativa para a contratação, rol contendo as especificações e quantitativos dos itens do objeto, o local e forma de entrega dos produtos, a forma de pagamento, critérios de fiscalização, obrigações da contratante e contratada, as fontes de recursos para custeio da demanda, a vigência da ata e do contrato, as sanções administrativas previstas, critérios para reajuste, justificativa para utilização de registro de preço e demais disposições gerais.

Visto e relatado todo o conteúdo do Termo de Referência, esta Controladoria entende que o instrumento em análise cumpre seu objetivo no processo, não havendo qualquer óbice que o invalide, estando em consonância com a legislação vigente.

### 2.10. Da designação do Fiscal do Contrato

Acerca da designação de servidores para atuarem como fiscais dos contratos, o Art. 67 da Lei nº 8.666/1993 dispõe que "a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição".

A indicação de fiscal para os contratos administrativos visa proteger a Administração dos prejuízos decorrentes de eventual má execução contratual, através do acompanhamento dos resultados alcançados em relação à execução das obrigações materiais do contrato, com verificação dos prazos de execução, da qualidade demandada e atendimento das demais obrigações contratuais.

Quanto ao momento em que deve ser formalizada a designação do fiscal do contrato, em que pese ser a Lei nº 8.666/1993 silente acerca de tal, visando o cumprimento pleno e efetivo de sua finalidade.

Cumpre-nos informar que consta no bojo processual Termo de Designação de Fiscal, no qual a servidora Sra. LUANA RAFAEL DE SOUZA recebeu a incumbência de









acompanhar e fiscalizar a execução do objeto. Neste sentido, a referida servidora subscreve Termo de Compromisso e Responsabilidade, comprometendo-se a bem desempenhar e cumprir as atribuições a ela conferidas e declarando-se desimpedida e sem suspeição para atuar no acompanhamento e fiscalização do contrato (fl. 31).

Em oportunidade, fazemos a ressalva que caso ocorra substituição do servidor designado no decorrer do processo deverá ser providenciado novo Termo de Responsabilidade.

### 2.11. Da Autuação do Processo Administrativo

Finalizado o trabalho de cotação de preços e diante da constatação da existência de recursos para realizar a aquisição do objeto a ser licitado, os documentos da Fase Interna foram encaminhados à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Curionópolis (CPL/PMC) para as providências subsequentes.

Após receber os documentos necessários à instauração do processo licitatório, a Presidente da Comissão de licitação autuou o feito (fl. 38) na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC, do tipo "menor preço por item".

Em seguida, com base nas informações prestadas pela Secretaria Requisitante fora elaborada a minuta do edital (fls. 41-76), e os seus anexos: Anexo I – Termo de Referência (fls. 77-86); Anexo II – Relação dos Itens (fl. 87); Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços (fls. 88-89); e, Anexo IV – Minuta do Contrato (fls. 90-97).

Realizados os procedimentos de praxe, o feito foi encaminhado à Procuradoria Geral do Município, para emissão de parecer (fl. 98).

### 2.12. Da Análise Jurídica

O papel da Procuradoria Geral é defender os interesses do município e em se tratando de processo licitatório sua análise técnica jurídica sobre os atos praticados nos autos antes da publicação do edital é indispensável para o regular processamento do feito.

No que tange à escolha da modalidade licitatória e ao aspecto jurídico e formal das minutas do edital (fls. 41-97), da Ata de Registro de Preços (fls. 88-89) e do Contrato (fls. 90-97), a Procuradoria Geral do Município manifestou-se em 29/11/2021 por meio do





Parecer/2021-PROGEM (fls. 99-102), atestando a legalidade dos atos até o momento de sua análise e opinando pelo prosseguimento do feito.

A Procuradora recomendou, entretanto, que fossem anexados aos autos Termo de Designação do Fiscal e Termo de Compromisso e Responsabilidade do servidor designado, pelo órgão gerenciador, em atendimento ao disposto no Art. 67 da Lei 8.666/1993.

Recomenda a Procuradora Geral, ainda, a título pedagógico, que seja observado pela secretaria demandante a necessidade de confecção de Estudo Técnico Preliminar - ETP anteriormente à produção do Termo de Referência.

A Procuradoria Geral do Município assim concluiu o parecer, ipsis litteris: "Ante o exposto, OPINO de forma FAVORÁVEL ao prosseguimento do Processo Licitatório, Pregão Eletrônico nº 046/2021, visando o **REGISTRO DE PRECO PARA** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AFINS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS/PA, obedecidas às formalidades legais e atendido o interesse público".

Na mesma trilha, esta controladoria firma o entendimento de que foram cumpridas todas as disposições contidas no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/1993, antes da publicação do edital.

#### 3. DA FASE EXTERNA

Essa fase é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração pública e passa a provocar efeitos no meio social a partir da publicação do edital.

No que concerne à fase externa do Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC, observamos que foram atendidas as exigências preconizadas pela legislação pertinente, uma vez que houve a devida publicidade do processo, as empresas licitantes respeitaram os prazos estipulados pelo edital e a sessão do pregão se procedeu dentro da normalidade desejada, de acordo com os tópicos explanados a seguir.

#### 3.1. Do Edital

O Edital de Licitação é o instrumento pelo qual a Administração define as condições e exigências licitatórias para a contratação de fornecimento de produtos ou serviços, devendo









definir de forma clara o objeto a ser licitado, sendo o meio de comunicação entre a Administração Pública e as empresas interessadas no certame.

O edital é, pois, o elemento fundamental do procedimento licitatório, que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes e regula todo o certame.

A publicação do edital marca a fase externa da licitação, tornando a licitação então pública para que os potenciais interessados da iniciativa privada tenham conhecimento da intenção de aquisição do bem ou serviço, fazendo lei entre as partes.

O edital definitivo do Pregão Eletrônico nº 46/2021-CPL/PMC e seus anexos (fls. 107-163) datado de 01/12/2021, foi devidamente assinado de forma física pelo Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação, tendo todas as suas laudas regularmente rubricadas pela autoridade competente.

O instrumento convocatório em análise contém: a descrição do objeto; a data, o local e horário do certame; regras para a apresentação da proposta e habilitação; requisitos de participação na licitação e credenciamento; instruções para credenciamento junto ao provedor do sistema; parâmetros da impugnação e pedidos de esclarecimentos acerca do edital; diretrizes para apresentação da proposta e dos documentos de habilitação; orientação para preenchimento da proposta no Portal de Compras Públicas; esclarecimento acerca da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances; especifica a etapa de lances, desempate, negociação e aceitação; identifica o modo de disputa; instrui sobre os procedimentos em caso de desconexão do sistema na etapa de lances; estabelece critérios de desempate; dispõe sobre a negociação das propostas; esclarece sobre o procedimento de adequação da proposta após negociação; orienta sobre a forma de apresentação, julgamento e os critérios de aceitabilidade da proposta; prescreve as condições de habilitação - jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, define os requisitos para a qualificação econômicofinanceira, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica; regras encaminhamento da proposta vencedora; possibilidade de reabertura da sessão pública; dispõe sobre a possibilidade de reajuste e recursos administrativos; esclarece sobre a adjudicação e homologação do certame; dispõe sobre o uso do Sistema de Registro de Preços e da Ata de Registro de Preços; define as regras para contratação, as obrigações da partes e acerca das obrigações sociais, comerciais e fiscais; dispõe sobre as obrigações gerais, modo de fornecimento e acerca do acompanhamento, fiscalização e atesto; define a origem da dotação orçamentária; dispõe acerca dos critérios para pagamento e das sanções administrativas





previstas; e, expõe as considerações finais e o foro determinado para dirimir quaisquer questões não dirimidas administrativamente.

Dentre as informações pertinentes do referido edital, destacamos a data da Abertura da Sessão Pública designada para o dia 13 de dezembro de 2021, às 9:00 horas, no ambiente virtual https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Dessa forma, conclui-se que o presente edital atende aos os requisitos estabelecidos pela legislação vigente, tendo em vista que atinge o fim a que se destina, identificando de forma sucinta e clara o objeto da licitação, os critérios de habilitação e julgamento das propostas, expõe o cronograma das fases, convoca os potenciais interessados, além de dar publicidade à minuta do contrato administrativo e respectivos anexos.

### 3.2. Da Aplicação da Lei Complementar nº 147/2014

O Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC é composto de 10 (dez) itens, para participação aberta com cotas vinculadas para MEs/EPPs, bem como de itens para participação exclusiva de MEs/EPPs.

De acordo com a redação antiga do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, nas contratações públicas dos entes federados, poderia ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

A Lei Complementar nº 147/2014 promoveu alterações substanciais na LC nº 123/2006, sobretudo quando torna obrigatória a destinação do certame exclusivamente para ME e EPP (o que na redação original da LC nº 123/2006 era faculdade), quando os valores das contratações pretendidas não excederem a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme reconiza o seu artigo 48, inciso I<sup>3</sup>.

Quando o certame objetivar a aquisição de bens de natureza divisível, deverá ser reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento), por item de contratação, para concorrência exclusiva de MEs e EPPs, tal como disposto no inciso III<sup>4</sup>.

In casu, verifica-se o atendimento aos incisos I e III do dispositivo legal epigrafado, uma vez que há previsão no edital de exclusividade de participação de MEs/EPPs para os

(94) 3348-1125 www.curionopolis.pa.gov.br Sacratic Av. Minas Gerais, 190 Centro, Curionópolis - PA (CEP: 68523-000

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de

pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). *Grifamos*.

4 III - **Deverá** estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, **cota de até 25%** (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.





itens 05, 06, 07, 08, 09 e 10 (atendendo o inciso I), bem como há reserva cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) para concorrência exclusiva de MEs/EPPs com os itens vinculados 01/02 e 03/04 (em atendimento ao inciso III), conforme o textual do Anexo II do Edital (fl. 153).

#### 3.3. Da Publicidade

A fase externa da licitação inicia-se com a publicação do instrumento convocatório para conhecimento às possíveis empresas interessadas, concedendo-as tempo hábil para confecção de propostas e reunião das condições de participação na disputa.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Licitação providenciou a divulgação do certame por meios oficiais, conforme se comprova pelas publicações a seguir relacionadas:

MEIO DE PUBLICAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO	DATA ANUNCIADA PARA O CERTAME	OBSERVAÇÕES
Diário Oficial do Estado do Pará nº 34.782	01/12/2021	13/12/2021	Aviso de Licitação (fl. 103)
Jornal Amazônia	01/12/2021	13/12/2021	Aviso de Licitação (fl. 104)
Diário Oficial da União nº 225, Seção 3	01/12/2021	13/12/2021	Aviso de Licitação (fl. 105)
Quadro de Avisos da Prefeitura	01/12/2021	13/12/2021	Aviso de Licitação (fl. 106)

Tabela 1 - Lista de publicações do aviso de licitação do Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021–CPL/PMC.

A contagem dos prazos, em matéria de licitação e contratos, ocorre de acordo com a regra constante no Art. 110 da Lei 8.666/1993, ou seja, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, devendo ser considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

No entanto, para a modalidade pregão, o prazo para apresentação das propostas é contado em dias úteis, conforme o disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/2002: "A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...) V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis" (grifo nosso).

Considerando a publicação do Pregão Presencial (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC ter ocorrido em 01/12/2021, a contagem em dias úteis<sup>5</sup> termina em 13/12/2021. Não obstante seja a data anunciada para abertura do certame, cumpre-nos a ressalva que por motivo de cautela entendemos que a data da sessão não deve coincidir com o oitavo e último dia do prazo, uma

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Excluindo-se o dia 01/12 e os dois finais de semana (dias 04 e 05/12/2021, e dias 11 e 12/12/2021).





vez que a praxe é que as sessões ocorram pela parte da manhã, sendo que o prazo se finda com o término do dia em questão.

Nesta senda, trazemos à baila o entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 5838/2010 – TCU – 2ª Câmara. Vejamos:

> 1.5.1.3 inobservância do prazo mínimo de oito dias úteis previstos no art. 4°, V, da Lei 10.520/2002, devendo-se observar que a abertura da sessão pública não pode ocorrer no oitavo dia útil seguinte à publicação do aviso, por ainda não estar expirado o prazo conferido aos licitantes para elaboração de suas propostas;

> BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 5838/2010. Plenário. Relator: Augusto Sherman. Sessão de 05/10/2010. Disponível https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordaocompleto/\*/NUMACORDAO%253A5838%2520ANOACORDAO%253A2010/DT RELEVANCIA% 20desc,% 20NUMACORDAOINT% 20desc/0/% 20?uuid=4e49bc0 0-b3ad-11e9-a16e-710d0018ea7d). Acesso em 18/10/2021.

Desta feita, a título de orientação para certames futuros, este órgão de Controle Interno recomenda que a data da sessão não coincida com o oitavo dia do prazo, a fim de que as licitantes tenham o último dia antes da sessão em sua integralidade para as providências de seu interesse.

### 3.4. Da Inexistência de Impugnação ao Edital

Com a divulgação do edital nos meios oficiais abre-se o prazo para sua impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis que antecede a abertura da sessão pública, nos termos do que dispõe as regras do edital constante no item 4.1 (fl. 112), que trata do processamento do certame.

Cumpre consignar que no presente processo licitatório não houve a interposição de impugnação, motivo pelo qual esta Controladoria registra o transcurso do prazo em referência in albis.

### 3.5. Da Sessão do Pregão Eletrônico

De acordo com a ata final do Pregão Eletrônico nº 46/2021-CPL/PMC (fls. 253-258), em 13/12/2021, numa segunda-feira, às 9h da manhã, na sala designada para a realização da sessão virtual, situada na plataforma https://www.portaldecompraspublicas.com.br – portanto dia, horário e local designados no preâmbulo do Ato Convocatório - visando o registro de









preço para contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e afins para o hospital Municipal de Curionópolis/PA, os membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Curionópolis - CPL/PMC reuniram-se para a abertura do certame.

A partir do textual do Ranking do Processo (fl. 260) verifica-se a participação de 01 (uma) única empresa no certame, GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI, CNPJ 24.878.503/0001-22.

A sessão teve início com a divulgação da proposta comercial apresentada pela licitante (fl. 164).

Na sequência, deu-se início à fase competitiva de lances (fls. 255-256) e de negociação com o pregoeiro via Portal de Compras Públicas, sendo posteriormente verificados os documentos de habilitação das empresas que ofertaram o menor preço para os itens licitados, os quais foram submetidos à análise, julgamento e classificação.

Dos atos praticados durante a sessão pública do Pregão Eletrônico (SRP) Nº 46/2021-CPL/PMC obteve-se o seguinte resultado por fornecedor (fl. 259).

EMPRESA	QUANTIDADE DE ITENS ARREMATADOS	ITENS	VALOR TOTAL POR EMPRESA	
GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI (CNPJ 24.878.503/0001-22)	04	1, 2, 3, e 4	R\$ 400.000,00	
то	R\$ 400.000,00			

Tabela 2 - Resultado por licitante. Itens vencidos e valor total proposto. Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC.

Por conseguinte, foi oportunizado à empresa vencedora prazo para apresentação de readequação das propostas até às 10h10 do dia 13/12/2021.

Em atendimento ao Art. 8°, §2° do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que não houve vencedor para a cota reservada dos itens vinculados, esta foi adjudicada pela empresa vencedora da cota principal, o que será esmiuçado em item póstero deste parecer.

Observa-se que não houve a interposição de recursos quanto aos atos praticados na sessão pública. Em face disso, o pregoeiro encerrou a sessão, declarando as licitantes melhores classificadas vencedoras do certame, encaminhando o processo para adjudicação.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15h23 do dia 13/12/2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro e pela equipe que compõe a Comissão de Licitação do município.





#### 3.6. Dos Itens Desertos

Depreende-se a partir do textual da Ata do Pregão Eletrônico nº 46/2021-CPL/PMC (fl. 253) que os itens 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove) e 10 (dez) restaram DESERTOS, uma vez que foi cancelado no julgamento por não haver propostas em condições de aceitabilidade.

Desta feita, dos 10 (dez) itens previstos no instrumento convocatório, somente 04 (quatro) foram arrematados e deverão fazer parte da Ata de Registro de Preços.

### 4. DA PROPOSTA VENCEDORA

Da análise dos valores da proposta da empresa vencedora, GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI (CNPJ 24.878.503/0001-22), constatou-se que os mesmos estão de acordo com os constantes no Anexo II do edital (fl. 153), estando iguais ou inferiores aos preços de referência para todos os itens, conforme denotado na Tabela 3, adiante.

O referido rol contém os itens do Pregão Eletrônico SRP nº 46/2021-CPL/PMC de forma sequencial, as unidades de comercialização, as quantidades previstas no edital para cada item, os valores unitários e totais (estimados e arrematados) e o tipo de participação para cada item.

Item <sup>6</sup>	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Unitário Arrematado	Valor Total Estimado	Valor Total Arrematado	Tipo de Participação	Empresa Arrematante
1	m³	3.750	R\$ 43,66	<u>R\$ 40,00</u>	R\$ 163.725,00	R\$ 150.000,00	Cota principal, vinculada ao item 02	GÁS NOBRE DO BRASIL
2	m³	1.250	R\$ 43,66	<u>R\$ 40,00</u>	R\$ 54.575,00	R\$ 50.000,00	Cota reservada, vinculada ao item 01	GÁS NOBRE DO BRASIL
3	m³	3.750	R\$ 43,50	<u>R\$ 40,00</u>	R\$ 163.125,00	R\$ 150.000,00	Cota principal, vinculada ao item 04	GÁS NOBRE DO BRASIL
4	m³	1.250	R\$ 43,50	R\$ 40,00	R\$ 54.375,00	R\$ 50.000,00	Cota reservada, vinculada ao item 03	GÁS NOBRE DO BRASIL
5	m³	300	R\$ 136,00	-	R\$ 40.800,00	-	Item de participação exclusiva ME/EPP	DESERTO
6	m³	500	R\$ 64,66	-	R\$ 32.330,00	-	Item de participação exclusiva ME/EPP	DESERTO
7	UNID	40	R\$ 568,33	-	R\$ 22.733,20	-	Item de participação exclusiva ME/EPP	DESERTO
8	UNID	100	R\$ 91,66	-	R\$ 9.166,00	-	Item de participação exclusiva ME/EPP	DESERTO
9	UNID	80	R\$ 160,00	-	R\$ 12.800,00	-	Item de participação exclusiva ME/EPP	DESERTO

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A descrição completa dos itens consta no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) Nº 46/2021-CPL/PMC (fl. 153).





Ιı	tem <sup>6</sup>	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Unitário Arrematado	Valor Total Estimado	Valor Total Arrematado	Tipo de Participação	Empresa Arrematante
	10	Unid	20	R\$ 3.600,00	-	R\$ 72.000,00	-	Item de participação exclusiva ME/EPP	DESERTO
	TOTAIS			R\$ 625.629,20	R\$ 400.000,00				

Tabela 3 – Itens desertos e itens arrematados pela licitante vencedora no Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC.

De acordo com o Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 46/2021-CPL/PMC (fl. 153), o valor estimado para a contratação do objeto do certame é de R\$ 625.629,20 (seiscentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte centavos).

Após a finalização do certame, o município pagará pelo fornecimento dos itens do objeto o valor consignado nas propostas vencedoras, no total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Neste sentido, a diferença entre o valor estimado e o valor global arrematado do objeto é de R\$ 225.629,20 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte centavos), o que representa um percentual de redução de aproximadamente 36,06% (trinta e seis inteiros e seis centésimos por cento), corroborando à vantajosidade do pregão e, desta feita, atendimento aos princípios da administração pública, essencialmente os da economicidade e eficiência.

A licitante vencedora GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI atendeu as exigências editalícias no que tange aos documentos de habilitação e proposta comercial, bem como não possui impedimento no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Municipal de Empresas Punidas -CMEP/PMC<sup>7</sup>, estando apta a contratar com a administração pública.

Tais documentos foram dispostos nos autos conforme disposto a seguir, na Tabela 4:

EMPRESA	Documentos de Habilitação	Proposta Comercial	CEIS	СМЕР
GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI (CNPJ 24.878.503/0001-22)	Fls. 165-252	Fls. 251-252	Fls. 166, 170, 173 e 174	Fl. 165

Tabela 5 - Localização no bojo processual dos documentos de habilitação, propostas comerciais e consultas ao CEIS e CMEP, relativos às empresas vencedoras do Pregão Eletrônico SRP nº 46/2021-CPL/PMC.

Registro resultante da conclusão dos processos de responsabilização administrativa instaurados pela Controladoria Geral do Município de Curionópolis - CONGEM e conduzidos pela Comissão Permanente de Apuração – CPA para apurar infrações cometidas por pessoas jurídicas em atos contra a Administração Pública, tornando públicas as penalidades imputadas, a fim de prover o acompanhamento e o controle por todos os órgãos e entidades da Administração Pública e também da sociedade.





Diante do acima exposto, este órgão de Controle Interno firma entendimento de que as proposta apresentada pela licitante é vantajosa uma vez que representam economia aos cofres da administração pública.

#### 4.1. Da igualdade de preços entre as cotas quando da adjudicação pela mesma empresa

O artigo 8°, §3° do Decreto n° 8.538/15 dispõe que nas licitações para aquisição de bens de natureza divisíveis, se a mesma empresa venceu a cota reservada e a cota principal, preço idêntico deve prevalecer para ambas as cotas, predominando o menor valor.

No Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC, a referida situação ocorreu com a empresa GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI, CNPJ 24.878.503/0001-22, nos itens vinculados 01/02 e 03/04.

Neste sentido, verifica-se que os valores de tais foram mantidos idênticos entre as cota aberta e cota reservada, destacados e sublinhados na Tabela 3 desta análise.

#### 4.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

As condições para habilitação são definidas pelo gestor público a priori, ou seja, na fase interna da licitação, conforme determinação do art. 3°, I, da Lei nº 10.520/2002:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; (Grifo nosso).

Nesta senda, assim dispõe a Lei 8.666/1993:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

A comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista é, pois, requisito essencial para celebração de contratos com a Administração Pública; tal regra é aplicável a todas as contratações empreendidas pelo Poder Público - sejam elas precedidas ou não de procedimento licitatório - incluindo os respectivos termos aditivos oriundos dos mesmos.









As exigências relativas à habilitação propiciam segurança em relação ao contrato que será firmado, já que a apresentação de tais documentos na instrução processual advém da necessidade de restar consignado nos autos a boa condição financeira das pessoas físicas e jurídicas a serem contratadas, o que lhes confere condições de cumprimento das obrigações contratuais.

In casu, trata-se de exigência editalícia quanto à habilitação das licitantes, consubstanciada no item 12.II do instrumento convocatório ora em análise (fl. 124):

A licitante vencedora comprovou sua regularidade fiscal e trabalhista carreando aos autos os seguintes documentos:

GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI (CNPJ 24.878.503/0001-22)							
Documentos	Órgão Emissor	Validade	Localização nos autos				
Documentos	Orgao Emissor	vanuaue	Página	Autenticidade			
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas	Receita Federal	-	Fl. 194	-			
Cadastro de Contribuintes Estadual	SEFA/PA	-	Fl. 197	-			
Certidão Positiva com efeitos de Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Receita Federal	28/03/2021	Fl. 198	Fl. 241			
Certidão Positiva de Natureza Tributária	SEFA/PA	24/04/2022	Fl. 199	Fl. 242			
Certidão Negativa de Natureza Não Tributária	SEFA/PA	24/04/2022	Fl. 200	Fl. 243			
Certidão Negativa de Débitos – Município de Marabá (PA)	Secretaria Municipal de Gestão Fazendária	25/01/2021	Fl. 201	Fls. 244-245			
Certificado de Regularidade do FGTS	Caixa Econômica Federal	30/12/2021	Fl. 202	Fl. 246			
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	Justiça do Trabalho	23/04/2022	Fl. 203	Fl. 247			

Tabela 6 – Documentos de regularidade fiscal e trabalhista apresentados pela empresa GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI, Pregão Eletrônico SRP nº 46/2021-CPL/PMC.

Ressaltamos, como medida de cautela, quanto à necessidade de manutenção das condições de habilitação acima denotadas na formalização dos pactos contratuais decorrentes do certame ora em análise, bem como durante todo o curso da execução do objeto contratual.

### 4.4. Da Qualificação Econômico-financeira

Os índices de liquidez são indicadores financeiros de análise de crédito que revelam quanto a empresa possui de recursos disponíveis para quitar suas obrigações com terceiros.

O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.





O Índice de Solvência Geral expressa (ISG) o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

A Qualificação Econômico-Financeira é exigência editalícia para habilitação das licitantes, consubstanciada no item "III" do Edital de Pregão Eletrônico Nº 46/2021-CPL/PMC ora em análise (fls. 125-126).

Neste sentido, de acordo com os documentos apresentados pela empresa vencedora e o disposto no instrumento convocatório, temos os seguintes índices e valores:

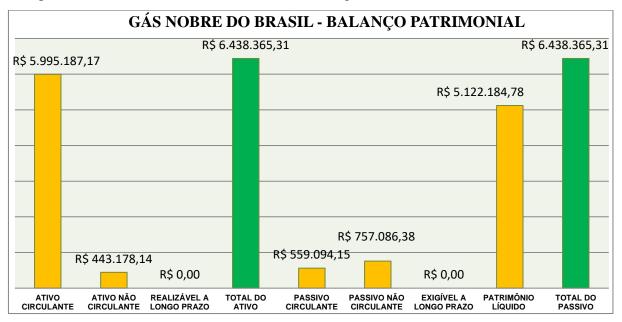


Tabela 7 - Resumo do Balanço Patrimonial conforme a documentação apresentada pela empresa Gás Nobre do Brasil, vencedora do Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC.

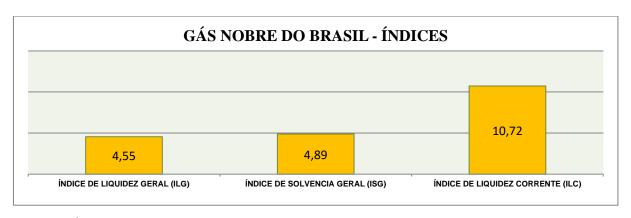


Tabela 8 – Índices de Liquidez conforme a documentação apresentada pela empresa Gás Nobre do Brasil, vencedora do Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC.





Na análise das tabelas susografadas, a partir da documentação apresentada e os parâmetros definidos pelo Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 46/2021-CPL/PMC este órgão de Controle Interno chegou às seguintes conclusões:

- A empresa vencedora tem seus índices de Liquidez ILG, ISG, ILC em situação satisfatória;
- No que tange à observação número um do edital que pede a comprovação do Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, impende-nos o registro que tal critério não foi utilizado, uma vez que a empresa vencedora apresentou nas fórmulas dos índices situação superior a 01 (um);
- A empresa vencedora foi constituída antes do ano da licitação e por isso apresentou Demonstrativos Contábeis do último exercício (2020) devidamente registrados eletronicamente na Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA;
- Todos os Demonstrativos Contábeis apresentados pela empresa estão subscritos pelos titulares e/ou responsáveis legais, bem como por profissionais contábeis, em consonância aos ditames legais.
- A empresa vencedora GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI apresentou Certidão Judicial Cível emitida eletronicamente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJ/PA com status de Negativa (fl. 217), verifica-se que a licitante atende a critério editalício previsto item "b" da observação do edital em sua página 20 (fl. 126).

Neste sentido, cumpre-nos pontuar que, conforme o disposto na Lei 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro), os contadores passaram a responder pessoalmente perante seus clientes por atos culposos, bem como solidariamente com os preponentes por atos dolosos quando no exercício de suas funções, nos termos do Artigo 1.177, parágrafo único, do referido diploma, in verbis:

> Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

> Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Isto posto, ressaltamos que tanto o contador, na qualidade de preposto, quanto a pessoa a qual o contratou, enquanto preponente, respondem perante terceiros por atos dolosos, ou seja, que tenham a intenção de praticar, como bem destaca a legislação civil.





Nesta senda, trazemos à baila o entendimento do Professor Valdivino Sousa, citando o jurista Plácido e Silva<sup>8</sup>, que assim explica:

> "Preponente, entende-se, na linguagem jurídica e comercial, a pessoa que pôs ou colocou alguém em seu lugar, em certo negócio ou comércio, para que o dirija, o faça ou o administre em seu nome, ou seja, é o patrão, o empregador, quando se apresenta no duplo aspecto de locatário de servicos e de mandante. Já o preposto é a pessoa ou o empregado que, além de ser um locador de serviços, está investido no poder de representação de seu chefe ou patrão, praticando atos concernentes à locação, sob direção e autoridade do preponente ou empregador."

Depreende-se, pois, que a veracidade das informações apostas nas demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas licitantes junto à Prefeitura de Curionópolis é de responsabilidade do profissional da contabilidade e do responsável pela empresa participante do certame, sendo a análise da Comissão Permanente de Licitação e deste órgão de Controle Interno adstrita às informações fornecidas, tratando-as como verídicas.

Assim sendo, no que tange à documentação de Qualificação Econômico-financeira apresentada pela empresa GÁS NOBRE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GASES EIRELI - CNPJ nº 24.878.503/0001-22, este órgão de Controle Interno atesta que as demonstrações contábeis analisadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em questão, referente ao Balanço Patrimonial do Exercício de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Destarte, da análise do que nos autos consta, esta Controladoria não vê impedimento ao prosseguimento do feito e conclui afirmando que, em obediência à Constituição Federal e à Lei nº 8.666/1993, que regula o certame, todo processo decisório é de inteira responsabilidade dos representantes da Comissão de Licitação, em atendimento aos princípios da eficiência e probidade administrativa.

# 5. DAS PUBLICAÇÕES

No que concerne à publicação, aponta-se a norma entabulada por meio do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993:

"Art. 61. [..]

(94) 3348-1125 🕿 www.curionopolis.pa.gov.br 😵



<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> In Vocabulário Jurídico, V III, Forense, 11<sup>a</sup> ed., p. 431.





Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei."

Em atendimento à Lei Municipal nº 1.116, de 07/03/2016, que as publicações dos atos normativos e administrativos do município de Curionópolis sejam feitas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará, sem prejuízo da publicidade em outros meios oficiais quando pertinente.

### 6. DO PRAZO DE ENVIO AO MURAL DOS JURISDICIONADOS (TCM-PA)

No que diz respeito ao envio das informações ao Mural dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, devem ser observados os prazos estabelecidos no artigo 6º da Resolução nº 11.535-TCM/PA, de 01/06/2014, alterada pelas Resoluções Administrativas nº 43/2017 TCM/PA e nº 04/2018 – TCM/PA.

### 7. CONCLUSÃO

À vista dos apontamentos em epígrafe, **RECOMENDAMOS**:

a) A título de orientação para certames futuros, que a data da sessão não coincida com o oitavo dia do prazo, para que as licitantes tenham o último dia antes da sessão em sua integralidade para as providências de seu interesse, de acordo com o que foi observado no subitem 3.3 deste parecer;

Alertamos que anteriormente à formalização do pacto contratual sejam mantidas as condições de regularidade denotadas no subitem 6. desta análise, bem como durante todo o curso da execução do objeto, nos termos do instrumento licitatório e em atendimento ao disposto no art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993.

Salientamos que a responsabilidade pelos atos que sucederem à análise desta Controladoria fica a cargo da autoridade ordenadora de despesas, nos termos da Lei nº 1.183, de 08 de janeiro de 2021.

Por fim, esta Controladoria, com base no que materialmente lhe foi apresentado,





conclui que todos os atos praticados no processamento do feito obedeceram aos princípios da administração pública de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de satisfazerem as regras da Lei 8.666/1993 que rege os processos Licitatórios, da Lei Federal 10.520/2002 que regula a modalidade de pregão e, por fim, atende aos rigores do Decreto 10.024/19 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica.

Ex Positis, desde que atendidas as recomendações em epígrafe, não vislumbramos óbice ao prosseguimento do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 46/2021-CPL/PMC, devendo dar-se continuidade ao certame para fins de divulgação do resultado e formalização da Ata de Registro de Preços (ARP), bem como assinatura de possíveis contratos, se for de convêniência administrativa no momento.

Observe-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e Mural dos Jurisdicionados do TCM/PA.

Curionópolis/PA, 18 de outubro de 2021.

### VANESSA ZWICKER MARTINS

Controladora Geral do Município de Curionópolis Portaria nº 30/2021-GP









#### PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

A Sra. VANESSA ZWICKER MARTINS, responsável pelo Controle Interno do Município de Curionópolis, nomeada nos termos da Portaria nº 030/2021-GP, declara, para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do \$1°, do art. 11 da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo Administrativo referente ao Pregão Eletrônico (SRP) n° 46/2021-CPL/PMC, tendo por objeto o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e afins para o Hospital Municipal de Curionópolis/PA, em que é requisitante a Secretaria Municipal de Saúde, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

- Revestido de todas as formalidades legais, nas fases habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo;
- () Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Curionópolis, 16 de dezembro de 2021.

Responsável pelo Controle Interno:

VANESSA ZWICKER MARTINS

Controladora Geral do Município de Curionópolis Portaria n° 30/2021-GP

(94) 3348-1125 www.curionopolis.pa.gov.br Schrift Av. Minas Gerais, 190 Centro, Curionopolis - Pace Centro, Curion